

25 MAI 2016

● IMPROBIDADE

GAZETA DO POVO

# Justiça determina bloqueio dos bens de Valdir Rossoni

Secretário é acusado de ter mantido dois funcionários fantasmas em seu gabinete na Assembleia

Chico Marés

● A 4.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública determinou o bloqueio de R\$ 2,4 milhões do secretário-chefe da Casa Civil Valdir Rossoni (PSDB) e de três ex-funcionários de seu gabinete na Assembleia.

O secretário é acusado de ter mantido dois funcionários fantasmas em seu gabinete quando era deputado estadual, entre 2007 e 2010. O pedido foi feito pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR). As informações são do Paraná TV 2.<sup>a</sup> Edição, da RPC.

Segundo a denúncia apresentada pelo MP, Gustavo Ribas foi exerceu cargo em comissão no gabinete de Rossoni, com salário de R\$ 9,1 mil, entre junho de 2007 e janeiro de 2011. De acordo com o MP, a partir de 2009, ele repassou seus vencimentos ao então chefe de gabinete do ex-deputado estadual, Altair Carlos Daru. Além disso, os dois eram sócios na empresa Courotec.

Há também a suspeita de que Ribas não trabalhava efetivamente na Assembleia. Ao MP, ele declarou ser agente externo, função que só passou a existir, legalmente, a partir de 2010. Já Rossoni declarou, também ao MP, que não conhecia Ribas. “Tem-se,

pois, nebulosa a questão de Gustavo Ribas haver efetivamente trabalhado na ALEP”, declarou o juiz Guilherme de Paula Rezende.

## Outro funcionário

Já Yuri Eduardo Rover esteve nomeado no gabinete de Rossoni, segundo o MP, entre julho de 2008 e março de 2009 — o salário também era de R\$ 9,1 mil.

Apesar disso, em depoimento ao MP, ele declarou nunca ter trabalhado na Assembleia. O secretário também declarou que Rover nunca havia trabalhado em seu gabinete. Ele não é réu na ação.

O MP avaliou que os pagamentos a esses dois funcionários causaram R\$ 794,6 mil em danos ao erário, e denunciou Rossoni, Ribas e Daru por improbidade administrativa. Por causa disso, Rezende determinou o bloqueio de R\$ 2,4 milhões, referentes ao possível ressarcimento e à multa. No seu entendimento, houve um “potencial enriquecimento ilícito” por parte dos envolvidos.

## OUTRO LADO

Através de nota, Rossoni disse que não conhece e não nomeou os supostos funcionários fantasmas. “As duas pessoas citadas no inquérito não foram por mim nomeadas, nunca trabalharam no meu gabinete e nunca fizeram parte da minha equipe”, diz a nota. “Os paranaenses sabem da faxina ética e moral que fiz na Assembleia Legislativa no período em presidi a Casa e que aquelas medidas desagradaram muitos. Vou recorrer e comprovar, na Justiça, que as acusações são inverídicas.”

25 MAI 2016

# GAZETA DO POVO

## Deputado estadual Bernardo Carli é condenado por caixa dois

*Vivian Faria*

Especial para a Gazeta do Povo

● O deputado estadual Bernardo Carli (PSDB) foi condenado por decisão unânime da Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) por fazer caixa dois durante a campanha para as eleições de 2010. O julgamento foi na segunda-feira (23), na sede do TRE-PR, em Curitiba.

“Basicamente, ele declarou que várias pessoas prestaram serviço para a campanha voluntariamente, quando essas pessoas foram pagas e esse dinheiro não foi declarado na prestação de contas”, explica o procurador regional eleitoral Alessandro José Fernandes de Oliveira, responsável pela denúncia.

Segundo Oliveira, como o crime por “caixa dois” não existe tecnicamente, Carli foi condenado por falsidade ideológica, por usar documentos falsos na prestação de contas.

A decisão torna o deputado inelegível e pode levá-lo a cumprir um ano e oito meses de prisão. Contudo, ainda cabe recurso e, por ser réu primário, a privação de liberdade poderá ser substituída por serviço comunitário e multa.

A defesa de Carli diz que vai recorrer ao TRE-PR e ao Tribunal Superior Eleitoral.

# GAZETA DO POVO

## Na cadeia, principal delator da Publicano teria extorquido empresário

LONDRINA

Fábio Silveira

Especial para a Gazeta do Povo

# 25 MAI 2016

● O auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, principal delator da Operação Publicano, teria extorquido um empresário do setor de comércio e abate de suínos, mesmo depois de ter sido preso, em janeiro do ano passado.

Essa é uma das conclusões do inquérito policial da quinta fase da Publicano, que foi deflagrada há duas semanas e teve quatro prisões preventivas: além do próprio Souza, foram presos a sua irmã, Rosângela Semprebom, também auditora e delatora, e os empresários Antônio Luiz da Cruz, de Londrina, e Aparecido Domingo dos Santos, de Quatiguá.

O inquérito foi concluído no último sábado (21), com 27 indiciados, dentre os quais sete auditores fiscais, seis empresários, dois advogados, um contador e outras 11 pessoas.

De acordo com o delegado do Gaeco Alan Flore, três grupos distintos teriam cometido irregularidades. Um deles teria, segundo Flore, se organizado em torno de Souza, envolvendo “familiares e pessoas próximas” e atuando depois da prisão do delator. Flore afirmou que “se os empresários não se sujeitassem aos pagamentos, seriam

apontados durante os depoimentos” feitos em decorrência do acordo de delação premiada firmado por Souza.

Ainda de acordo com o Gaeco, o empresário Aparecido Domingo dos Santos teria entregado nove caminhões a Souza como pagamento de propina. Rosângela Semprebom e outros investigados teriam feito as cobranças.

Outro grupo é de empresários que teriam formado uma “organização criminosa” para simular transações que geraram créditos de ICMS, facilitando a sonegação.

O último seria formado por auditores fiscais, que teriam cobrado propina para permitir a sonegação. Os dois primeiros grupos teriam atuado antes da deflagração da primeira fase da operação, em março do ano passado.

Os advogados de Santos e Cruz não foram localizados pela reportagem.

## 16 INDICIADOS

O Gaeco já tem outro inquérito com 16 indiciamentos. Os nomes dos indiciados não foram divulgados pelo delegado Alan Flore. Segundo ele, o novo inquérito, no qual não existem réus presos, nada tem a ver com o setor de abate e comercialização de suínos, objeto da 5ª fase da Publicano.

Flore explicou que os fatos sob investigação vêm sendo apurados desde o ano passado. Eles teriam ocorrido entre 2003 e 2009, nos portos Charles Naufal, em Sertaneja e Jorge Radziminski. O Gaeco apura a suspeita de que auditores fiscais receberiam propina para deixar passar “caminhões de determinadas empresas que traziam ou levavam produtos para o interior de São Paulo”. A propina seria paga para que não fosse feita investigação na carga.

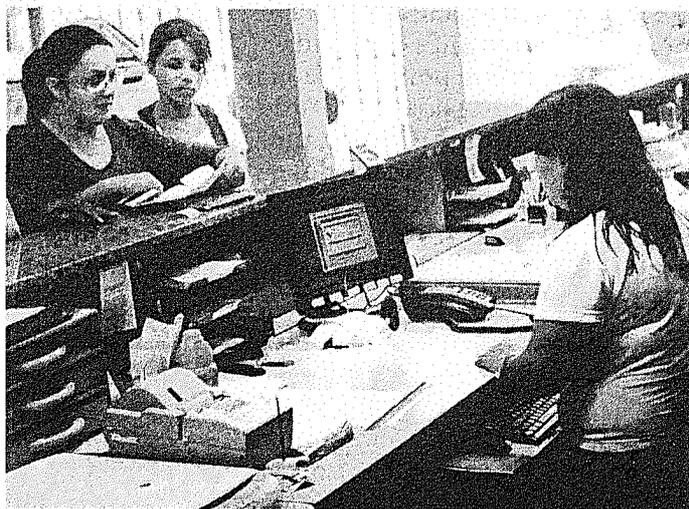
## **Certidões são solicitadas aos cartórios via web**

**A Central de Registro Civil do Estado do Paraná está em pleno funcionamento**

Aproximadamente 12 milhões de registros de nascimento, óbito e casamento já estão catalogados eletronicamente na Central de Registro Civil do Estado do Paraná (CRC-PR), criada pelo Instituto do Registro Civil de Pessoas Naturais do Paraná (Irpen-PR). Por meio dela, o cidadão pode solicitar o registro realizado em qualquer cartório do estado.

Desde 2013, ano em que a central foi regulamentada pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado, a procura pela certidão eletrônica, chamada e-Certidão, cresceu mais de 300% nos municípios paranaenses, segundo dados do Irpen-PR. Atualmente, a central está em pleno funcionamento.

De acordo com o diretor de Registros de Títulos e Documentos da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) e presidente do Irpen-PR, Arion Cavalheiro, um dos grandes diferenciais da plataforma é a segurança. "A vantagem é a localização rápida e segura de documentos, através deste sistema", afirma.



O usuário pode solicitar o documento diretamente no site ou em algum escritório

Além de facilitar o acesso da população às informações registrais, outro benefício da instalação da Central é a disponibilização dos dados para consulta do Poder Judiciário e do Poder Executivo, o que facilita o acesso à pesquisa de óbitos, visando a extinção de processos ou mesmo de benefícios irregulares pagos pela Previdência Social.

Com o objetivo de aprimorar o atendimento à população que recorre à central, o Irpen-PR realizou, junto a 336 cartórios de registro civil de todo o estado, um seminário de treinamento intensivo

A vantagem é a localização rápida e segura de documentos, através deste sistema

Arion Cavalheiro, diretor de Registros de Títulos e Documentos da Anoreg-PR e presidente do Irpen-PR

sobre a transmissão eletrônica do documento. "Nossa proposta foi tornar os cartórios cada vez mais capacitados para a demanda crescente do usuário quanto aos processos tecnológicos", explica Cavalheiro.

O curso passou por nove cidades paranaenses: Francisco Beltrão, Cascavel, Guarapuava, Londrina, Umuarama, Maringá, Santo Antônio da Platina, Ponta Grossa e Curitiba, respectivamente.

**CONTINUA**

# 25 MAI 2016

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

#### **Como fazer?**

O usuário pode escolher entre duas opções: ir até o ofício para emitir a certidão pelo sistema ou solicitar o documento diretamente no site [www.e-certidoes.com.br](http://www.e-certidoes.com.br). Neste último caso, o usuário recebe a certidão no endereço de entrega indicado no próprio sistema. O prazo para receber as informações é determinado pelos Correios, sendo de até dois dias úteis utilizando os serviços do Sedex ou cinco por meio de carta normal.

#### **Integração**

O estado do Paraná também é integrante da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), o que vai permitir que os cartórios de Registro Civil paranaenses realizem as emissões eletrônicas e o intercâmbio de certidões entre os ofícios de diferentes estados.

25 MAI 2016

# GAZETA DO POVO

• ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO

## Lava Jato, a “onda” que ninguém segura

Dois anos após o início da operação, todas as tentativas de interferir nas investigações fracassaram

*Katna Baran e Kelli Kadanus*

• A impressão é de que há dois mundos paralelos envolvendo a Operação Lava Jato. De um lado, há quem acredite que ainda é possível conter o avanço da força-tarefa, como revelam os áudios envolvendo os ex-ministros Romero Jucá (PMDB) e Aloizio Mercadante (PT), o ex-senador Delcídio do Amaral e até o ex-presidente Lula (PT) — todos flagrados em conversas “comprometedoras” que tratam de tentativas de interferência sobre a operação.

De outro lado, a força-tarefa em Curitiba não parece preocupada com possíveis intervenções políticas. Exemplo disso é a deflagração, na terça-feira (24), da 30.ª fase da operação, e a manutenção do ritmo intenso de trabalho depois de pouco mais de dois anos desde o início da Lava Jato. “Preocupa [a tentativa de interferir], mas nada que a gente tenha detectado no âmbito da polícia”, diz o coordenador da equipe na PF, delegado Igor Romário de Paula.

“A entrada do ministro Alexandre de Moraes foi superpositiva, está todo mundo trabalhando com mais tranquilidade”, garantiu o delegado, em referência ao novo ministro da Justiça do governo interino de Michel Temer. Com a mudança no posto, também deve haver troca na direção-geral da PF, o que não assusta os investigadores. “Tenho certeza de que haverá responsabilidade na escolha. Não tenho até agora nenhuma razão para duvidar disso ou ter qualquer temor”, diz um dos policiais.

Mesmo com a expectativa positiva, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal tem aproveitado o momento para difundir a proposta que garante maior autonomia à instituição. Além disso, a entidade está elaborando uma lista triplíce para a escolha do novo diretor-geral da PF. A delegada Erika Marena, integrante da força-tarefa da Lava Jato, é uma das candidatas.

Distante das rédeas do Poder Executivo, o Ministério Público Federal (MPF) e o Judiciário seguem com tranquilidade nos trabalhos da Lava Jato. Mesmo assim, citações a ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em gravações que comprometeram políticos acenderam o “alerta” sobre as investigações.

Até agora, porém, qualquer tentativa de interferência acabou derrubada pela própria Lava Jato (veja quadro ao lado).

### Apoio popular

A principal explicação de integrantes da Lava Jato para a despreocupação em relação a possíveis interferências políticas é o apoio popular conquistado pela operação. “A Lava Jato não recebe influências políticas. A população não permite que isso aconteça; ela vai para as ruas quando é preciso”, diz o delegado da PF Luciano Flores.

Isso não quer dizer, porém, que não ocorram “ataques”. O procurador do MPF Deltan Dallagnol tem reforçado que tramitam no Congresso medidas que representam “ataque direto às investigações”, como os projetos que pretendem limitar as delações premiadas e barrar prisões de julgados em 2.ª instância. “Algumas propostas não têm sentido se o objetivo delas não for afundar a Lava Jato”, disse.

Até o juiz Sergio Moro tem repetido que deve ser mantido o espírito de “intolerância” à corrupção alcançado com a Lava Jato.

**CONTINUA**

“Devemos continuar sendo intolerantes em relação a esses esquemas de corrupção sistêmica (...) no sentido de atuarmos para a resolução desse problema e para que eles não voltem a acontecer”, disse o magistrado, em palestra, logo após a confirmação do afastamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado.

“A Lava Jato não recebe influências políticas. A população não permite que isso aconteça; ela vai para as ruas quando é preciso.”

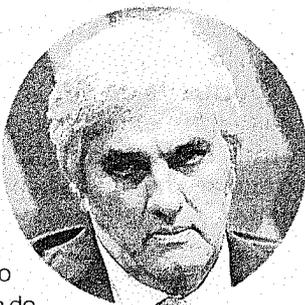
Luciano Flores, delegado da PF que faz parte da força-tarefa da Lava Jato.

### CAÍDOS EM 'DESGRAÇA'

Veja quem pagou um preço alto por tentar interferir na Lava Jato, o novo “tabu” da política brasileira:

#### DELCEÍDO DO AMARAL

O ex-senador foi preso no final do ano passado depois que foi flagrado em gravações em que ele trama um plano de fuga para impedir o acordo de delação premiada do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró. O político também firmou acordo com o MPF, mas perdeu o mandato e poder político depois do episódio.



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr/

#### LOLA

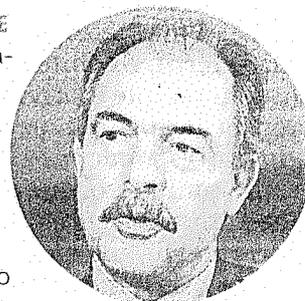
Num dos casos mais emblemáticos da Lava Jato, o ex-presidente teve interceptações telefônicas em que trata da operação divulgadas pelo juiz Sergio Moro. Acabou impedido pelo STF de assumir a Casa Civil de Dilma Rousseff. Além de citado em outros episódios da operação, ele é investigado por possível obstrução de Justiça.



José Cruz/Agência Brasil

#### ALOIZIO MERCADANTE

Mesmo não tendo caído pela Lava Jato, pois deixou o Ministério da Educação apenas com o afastamento da presidente Dilma Rousseff, ele foi pego em gravações com o assessor de confiança de Delcídio do Amaral, José Eduardo Marzagão, em que oferece ajuda política e financeira ao ex-senador para tentar evitar que ele firmasse acordo de delação premiada.



Antonio Cruz/ABr/ Fotos Públicas

#### ANTÔNIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

O advogado caiu mesmo antes de subir. Cotado para assumir a pasta da Justiça do governo interino, por conta de críticas à Lava Jato, acabou preterido por Michel Temer.



Agiberto Lima

#### ROMERO JUCA

A mais recente “baixa” da Lava Jato ocorreu nesta semana, depois de vazamento de áudio em que o então ministro do Planejamento sugere um “pacto” para barrar a Lava Jato ao falar com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.



Antonio Cruz / Agência Brasil

25 MAI 2016

# GAZETA DO POVO

## Nova fase da Lava Jato aponta propina de R\$ 1,2 milhão para Dirceu

CURITIBA E SÃO PAULO  
Das agências

● A Polícia Federal deflagrou ontem a 30.ª fase da Lava Jato. Os alvos dessa etapa — chamada de Operação Vício — são empresas fornecedoras da Petrobras, uma construtora apontada como sendo de fachada e um escritório de advocacia. A PF aponta que as fornecedoras Apolo Tubulagens e Confab teriam pago R\$ 40 milhões em propinas. O ex-ministro José Dirceu aparece entre os suspeitos de receber repasses indevidos de R\$ 1,2 milhão. O nome de Dirceu ressurgiu seis dias após ele ser condenado pelo juiz federal Sergio Moro a 23 anos de prisão.

Nesta terça foram expedidos dois mandados de prisão preventiva contra os empresários Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique Macedo, sócios da Credencial Construtora, que, segundo as investigações, foi usada para repassar propinas, dez man-

dados de condução coercitiva e 26 de busca e apreensão. As ordens foram cumpridas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Aos investigados são atribuídos crimes de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

As investigações identificaram que a Credencial foi utilizada para viabilizar o pagamento de propina a Dirceu e ao ex-diretor da Petrobras Renato Duque, mediante a celebração de contratos falsos. Apuração da PF e da Receita concluiu que a propina tinha origem na Apolo.

Dirceu ainda teria recebido, por meio de sua empresa, a JD Assessoria, mais R\$ 1,2 milhão da Apolo. O dinheiro, segundo a Procuradoria-Geral da República, passou primeiro pelo escritório de advocacia Rocha Maia, alvo de buscas nesta terça.

Conforme as investigações, a Credencial, que não tinha nenhum empregado declarado, recebeu mais de R\$ 30 milhões da Apolo. Além disso, seus sócios sacaram na boca do caixa a maior parte dos recursos.

“A 30.ª fase da Operação Lava Jato mostra o quão alastrada e disseminada é a prática de corrupção na Petrobras”, disse o procurador da República Roberson Pozzobon.

## NOMEAÇÃO COMO MINISTRO Lula pede para STF julgar caso que pode abrir brecha para ele questionar Moro

● A defesa do ex-presidente Lula protocolou um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para que as ações contra a sua nomeação para a Casa Civil não sejam extintas e sejam levadas a julgamento. Os advogados pedem que o STF reconheça que ele foi ministro por cerca de dois meses. Caso o Supremo acolha o pedido, isso pode abrir uma brecha para que os advogados de Lula questionem atos do juiz Sergio Moro, como a divulgação das conversas entre ele e a presidente afastada Dilma Rousseff.

25 MAI 2016

## GAZETA DO POVO

### LUTO

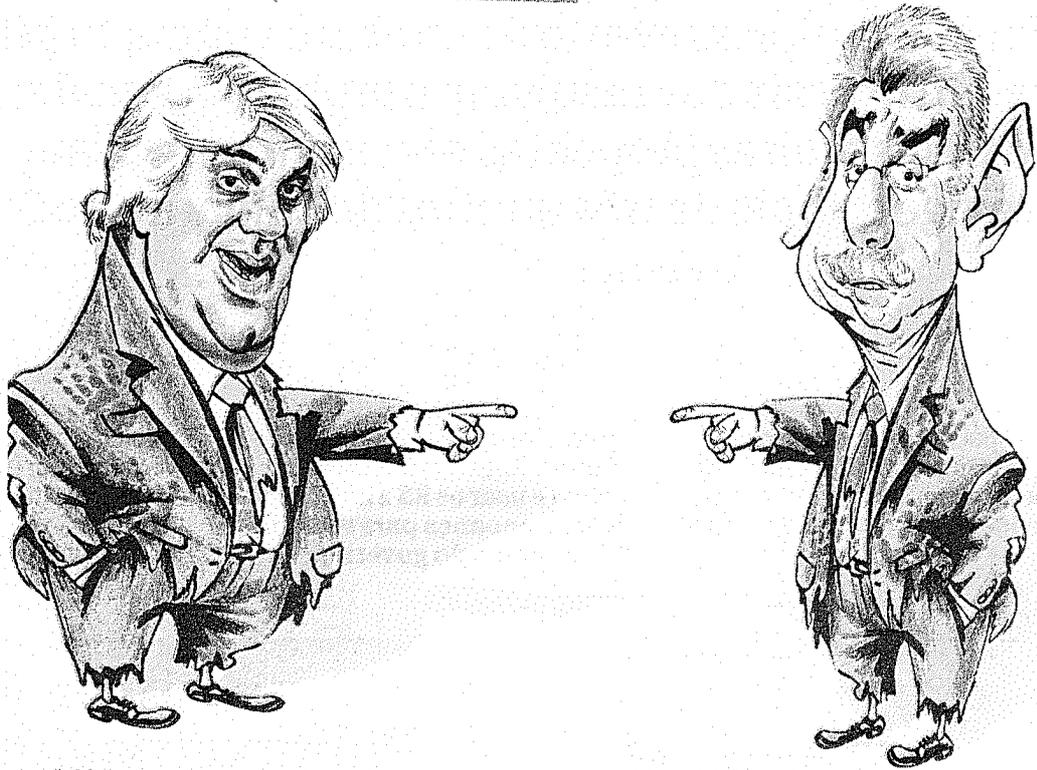
#### **Morre Arnaldo Malheiros Filho, advogado que defendia Bumlai na Lava Jato**

● O advogado Arnaldo Malheiros Filho morreu ontem por complicações de um transplante de fígado, aos 65 anos. Ele estava internado no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo. Experiante criminalista, Malheiros Filho destacou-se na defesa de réus dos dois maiores escândalos políticos da história recente, o mensalão e a Lava Jato. No mensalão, defendeu o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Na Lava Jato, defendia o pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Lula.

25 MAI 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



25 MAI 2016

# GAZETA DO POVO

## Como Eduardo Cunha abusa do poder e escapa da prisão

Artimanhas do parlamentar afastado são muito citadas, mas provas são pouco conhecidas

Joana Neitsch

• Mesmo afastado do mandato de deputado e, conseqüentemente, de presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) continua a fazer articulações como se estivesse em plenos poderes do mandato.

Na semana passada, o deputado chegou a afirmar que voltaria a trabalhar em seu gabinete, mas acabou recuando e decidiu consultar o Supremo Tribunal Federal para verificar como deve se portar durante o afastamento.

Para alguns juristas, Cunha poderia ser até mesmo preso caso fique comprovado que ele está atuando para obstruir investigações. Contudo, a dificuldade é justamente que esses atos sejam comprovados.

Durante o depoimento de Cunha no Conselho de Ética da Câmara, na última quinta-feira (19), o deputado Nelson Marchezan Júnior (PSDB-RS) chegou a advertir Cunha que ele poderia ser preso se continuasse

tentando influenciar os procedimentos na Casa.

Um cidadão comum, que não seja parlamentar, pode ser preso preventivamente caso procure obstruir investigações. No pedido de afastamento de Cunha apresentado pela Procuradoria-Geral da República e acolhido pelo do STF, são apontados diversos atos de Cunha que mostram um esforço para evitar o andamento da ação contra ele no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, como intimidação e oferta de propina a parlamentares, e aprovação de requerimentos para favorecerem aliados.

Mas a Constituição Federal define que membros do Congresso Nacional só podem ser presos em flagrante de crime inafiançável.

A princípio essa seria uma proteção para Cunha. Por outro lado, o penalista René Ariel Dotti considera que, se a decisão do STF de afastá-lo do cargo não for suficiente para conter sua

influência, o Supremo poderia entender que a prisão é necessária a fim de evitar a obstrução de Justiça.

Dotti explica que, para afastar Cunha, o relator do caso no Supremo, Teori Zavascki, aplicou, "em caráter excepcional", o artigo 319 do Código de Processo Penal que traz, entre as alternativas de medidas cautelares diversas da prisão, a suspensão do exercício de função pública.

Nessa linha de raciocínio, se a medida alternativa não for suficiente, a prisão poderia ser justificada.

### PROVAS

Para o advogado especialista em direito penal Cezar Bitencourt, se houver alguma prova como gravações, documentos ou até mesmo provas testemunhais, Cunha pode ser preso por tentar atrapalhar as investigações. "Se alguém se sentir intimidado, pode denunciar Eduardo Cunha, e ele poderia ser preso por obstrução da Justiça", explica.

25 MAI 2016

# GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

## Bye-bye patrimônio

O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, determinou um novo leilão dos imóveis do ex-doleiro Alberto Youssef. Os bens, no valor de R\$ 6 milhões, estão localizados em Salvador e no Rio de Janeiro. O leilão será realizado na próxima segunda-feira, a partir das 14 horas, exclusivamente por meio da plataforma online Superbid Judicial. Caso não sejam arrematados, serão disponibilizados novamente para venda no dia 13 de junho, com redução de 50% do valor de avaliação. Entre os bens estão um complexo composto por cinco imóveis no Rio de Janeiro, no bairro de Campo de São Cristóvão, que tem lance inicial de R\$ 3 milhões.

## COLUNA DO LEITOR

### STF 1

O STF precisa proceder a abertura de processos contra os (muitos!) parlamentares envolvidos: essa impunidade está dando margem a que criminosos escondidos sob o manto do foro privilegiado tentem atrapalhar a Lava Jato e a PGR.

**Luiz Antônio Halmenschlager**

### STF 2

Sergio Machado falou em "grande acordo nacional", e Jucá complementou "com Supremo e tudo". Por citar alguns ministros do STF, Delcídio do Amaral foi preso. Ou prendem Jucá, ou o STF ficará desacreditado!

**Wilson Ronaldo de Oliveira**

## FOLHA DE LONDRINA

# Juiz notifica delator para complementar bens

**Determinação ocorre após perito judicial avaliar que fazendas oferecidas por Luiz Antonio de Souza como contrapartida valem menos de R\$ 20 milhões**

Loriane Comeli  
Reportagem Local

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, requereu, por meio de carta precatória, que a comarca de Rosário do Oeste, no Mato Grosso, leve a leilão as duas fazendas que o principal delator da Operação Publicano, o auditor da Receita Estadual Luiz Antonio de Souza, ofereceu como contrapartida financeira por supostos crimes de corrupção, atos de improbidade administrativa e delitos sexuais, aos quais responde na 6ª Vara Criminal.

Inicialmente, após avaliação preliminar do Ministério Público (MP), os imóveis, que têm três mil hectares, entraram no acordo com valor estimado de R\$ 20 milhões. Porém, perito judicial de Rosário do Oeste avaliou as áreas em R\$ 8,85 milhões. Em razão disso, o juiz, no mesmo despacho, proferido em 10 de maio, notificou o delator a apresentar bens

para complementar os R\$ 20 milhões, ou seja, terá de disponibilizar à Justiça mais R\$ 11,2 milhões.

O advogado de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, questionou o laudo do perito mato-grossense, alegando que a avaliação não considerou "as benfeitorias introduzidas nas referidas fazendas, tais como edificações (mangueiras, cercas, poços, sistema de abastecimento de bebedouros, correção da terra, entre outros)" e que imóveis próximos tinham valores muito superiores. Porém, apenas mencionou anúncios retirados da internet.

O juiz não acatou os argumentos de Ferreira, considerando que "não são aptos a afastar as constatações apresentadas pelo perito judicial. Assim, não havendo qualquer contraprova apta a demonstrar, por critérios técnicos, a inexatidão do valor apurado, é medida de rigor a homologação do laudo pericial de avaliação".

No processo, o procurador-geral do Estado, Paulo Rosso – o mesmo que solicitou a nulidade do acordo de

delação premiada entre Souza e o MP, alegando prejuízos para os cofres públicos – anexou avaliação das áreas feitas por funcionários do Estado, que foram até Rosário do Oeste para a diligência. Na petição, Rosso diz que a medida "visa colaborar com a correta compreensão dos fatos e permitir a esse juízo decidir com base em fatos comprovados".

Os funcionários destacados pela PGE para a missão no Mato Grosso são da "equipe de engenharia", diz o procurador, os mesmos "que, há muitos anos, efetuam as avaliações de imóveis para fins de desapropriação do Estado". "O trabalho apontou o valor real do imóvel como sendo de R\$ 7.405.620,00", escreveu o procurador.

Nanuncio chegou a mencionar o valor em seu despacho, mas desconsiderou a petição, em razão da "ausência de legitimidade processual e interesse de agir" da PGE.

**CONTINUA**

25 MAI 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Por sua tentativa de invalidar o acordo de delação premiada, o procurador está sendo investigado por improbidade administrativa. Tal atitude poderia ser considerada desvio de função, uma vez, que segundo acusou o defensor de Souza, a intenção seria unicamente invalidar declarações do colaborador que fizeram com que o governador Beto Richa (PSDB) passasse a ser investigado pelo Ministério Público Federal por suposto uso de dinheiro de propina da Receita em sua campanha de reeleição, em 2014, fato negado pelo governador e por seu partido.

Ainda que Souza complemente os bens, corre o risco de ter o acordo de delação premiado rescindido. Segundo investigações da quinta fase da Operação Publicano, ele teria quebrado cláusula do termo, ao voltar a praticar delitos: teria extorquido empresário da região para não denunciá-lo ao Gaeco. Pelos termos do acordo, o auditor poderia obter o direito à prisão domiciliar a partir de 30 de junho. O delator está preso desde 13 de janeiro do ano passado, ao ser flagrado em um motel com um adolescente. O MP somente falará sobre a possibilidade rescisão "no momento oportuno".

25 MAI 2016

## FOLHA DE LONDRINA

# Dia Nacional da Adoção: por uma cultura adotiva na escola

Gilmara Lupion Moreno

Estudos revelam a importância da relação escola-família no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, outros apontam para a diversidade de constituições familiares existentes, tais como, as famílias tradicionais (pais, mães, filhos biológicos), as monoparentais (mãe-filho, pai-filho), as reconstituídas (novas uniões após a separação), as constituídas por uniões homoafetivas, as constituídas por adoção, etc. Portanto, no trabalho com as crianças e suas famílias convém que as escolas se ajustem às novas realidades para não incorrerem em situações preconceituosas, pautadas em ideias preconcebidas, no caso da adoção, sustentadas no mito dos laços de sangue, no preconceito contra a adoção tardia e por casais homoafetivos.

No que diz respeito à cultura da adoção no Brasil, temos progredido com a constituição dos Grupos de Apoio à Adoção, a publicação de livros sobre adoção para adultos e crianças, a pesquisa científica sobre adoção, a presença do tema na imprensa televisiva e impressa, etc. Entretanto, para muitas pessoas o tema adoção ainda é tido como um tabu, um assunto proibido.

Consequentemente, pode-se dizer que as escolas ainda têm resistência, dificuldade em trabalhar a temática com a comunidade escolar, isto é, a equipe pedagógica, os professores, os pais e responsáveis e os alunos.

No entanto, é preciso construir uma cultura adotiva na escola, criando espaços de discussão sobre a diversidade das famílias, dentre elas, a constituída por adoção. Mas, como desenvolver a cultura da adoção na escola? Primeiramente, dando visibilidade à adoção no âmbito escolar, tratando o assunto com naturalidade; valendo-se das matérias veiculadas na mídia sobre adoção para abrir o debate, a pesquisa e a reflexão sobre as famílias adotivas

e o direito das crianças de terem uma família.

Uma das oportunidades para se trabalhar o tema na escola é a comemoração do Dia Nacional da Adoção. A data surgiu em 1996, no 1º Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção, realizado nos dias 24 e 25 de maio. Na ocasião, os grupos elegeram o dia 25 de maio como o Dia Nacional da Adoção. Em 2002, o projeto de lei foi sancionado pelo presidente da República. Desde então, a data é comemorada em todo o país pelos militantes da causa, para celebrar e refletir sobre a adoção de crianças e adolescentes no Brasil.

Na escola a data pode ser trabalhada por meio de diferentes atividades, tais como, uma pesquisa sobre a adoção no Brasil, a confecção de um painel com imagens e informações sobre o tema, a exibição de um filme, de um do-

documentário sobre adoção, a contação de uma história que tenha como foco a adoção, uma roda de conversa... Sendo estas, uma oportunidade para apresentar e refletir com os alunos sobre os diferentes tipos de família e o direito das crianças acolhidas de usufruir o direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente à convivência familiar e comunitária, no seio de uma família.

Enfim, são muitas as possibilidades capazes de

propiciar aos adultos (professores, pais e responsáveis e funcionários) e às crianças na escola conhecimento sobre adoção, desmistificando ideias preconcebidas sobre o tema, contribuindo assim, para a construção de uma cultura adotiva, de respeito às diferentes constituições familiares, dentre elas, as famílias constituídas por adoção.

**GILMARA LUPION MORENO** é docente do departamento de Educação da UEL e membro do Grupo de Apoio à Adoção Trilhas do Afeto em Londrina

“

*É preciso construir uma cultura adotiva na escola, criando espaços de discussão sobre a diversidade das famílias, dentre elas, a constituída por adoção*

25 MAI 2016

# FOLHA DE LONDRINA

## TRE condena

### Bernardo Ribas Carli

# por prática de Caixa 2 em 2010

Chris Beller

*Especial para a Folha*

Curitiba - O deputado Bernardo Ribas Carli (PSDB) foi condenado por prática de Caixa 2 na campanha de 2010. A decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, anteontem, foi por unanimidade e determina pena de 1 ano e oito meses de detenção e o deixa inelegível. Para o Tribunal, ficou provado que o deputado contratou cabos eleitorais para a campanha, mas escondeu o pagamento na prestação de contas para a Justiça Eleitoral. Como não existe previsão jurídica para Caixa 2, o crime foi enquadrado como falsidade ideológica. Em nota, o deputado contesta as acusações e informa que recorrerá da decisão.

Na sentença, o relator do processo, Lourival Pedro Chemim, explicou os fundamentos da condenação. "Ficou demonstrado, inclusive pela sua declaração, o seu conhecimento que os documentos utilizados nos autos de prestação de contas de campanha eleitoral eram falsos e visavam fins eleitorais." O relator também deu detalhes sobre as provas, contando que 25 das 27 testemunhas de acusação afirmaram que trabalharam exclusivamente na campanha de Bernardo Carli e, tanto os contratos de prestação de serviço como os pagamentos, foram feitos dentro do Comitê do deputado.

Enquanto recorre, o deputado mantém o mandato, já que seus pares na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná não pretendem abrir processo por falta de decoro parlamentar. O presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB), falou em presunção de inocência até que esgotem todos os recursos e o presidente da Comissão de Ética, Pastor Edson Praczyk (PRB), espera "ser provocado" para analisar o caso. "Qualquer pessoa pode provocar o Conselho de Ética, mas não cabe a nós antecipar algo", disse o deputado.

A Constituição do Paraná determina, no artigo 59, que perderá o mandato o deputado estadual que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado e a perda de mandato será decidida no plenário da AL, por voto secreto e maioria absoluta.

Bernardo Carli, tem 30 anos, é filho do ex-prefeito de Guaruapuava Fernando Carli (PP) e irmão do ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho, que renunciou ao mandato em 2009, após se envolver em acidente de trânsito que resultou na morte de dois jovens.

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Imóveis de Youssef

# 25 MAI 2016

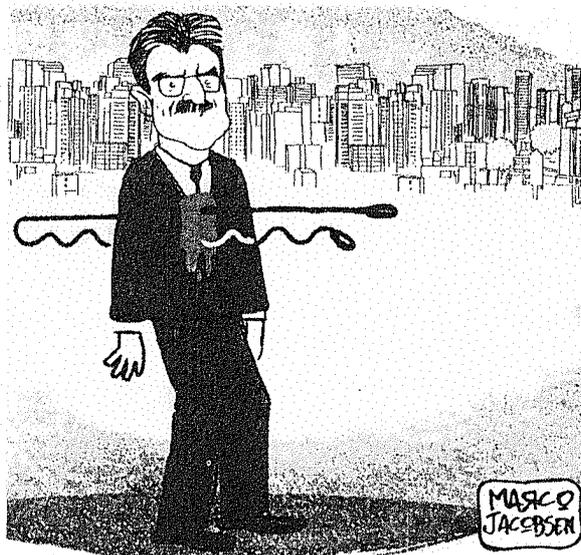
A 13ª Vara Federal de Curitiba, por intermédio do juiz Sérgio Moro, determinou que seja feito um novo leilão dos imóveis do ex-doleiro londrinense Alberto Youssef, delator da Lava Jato que está preso na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Os bens, com valor agregado de R\$ 6 milhões, estão localizados em Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ). A venda será realizada em primeira praça na próxima segunda-feira, a partir das 14h, por meio da plataforma on-line de leilões Superbid Judicial. Caso não sejam arrematados, serão disponibilizados novamente para venda no dia 13/6, no mesmo horário, mas com redução de 50% do valor de avaliação.

### Valores

No Rio de Janeiro, no bairro de Campo de São Cristóvão, fica um complexo que é composto por cinco imóveis, área total aproximada de 1.620m<sup>2</sup>, cujo lance inicial é de R\$ 3 milhões. Já em Salvador (BA), nove lotes, sendo oito fatias de 4% e uma de 5,23%, do imóvel comercial Connect Smart Hotel (antigo Web Hotel Salvador), localizado no Condomínio Alfazema, bairro de Pituba, possuem lance inicial de cerca de R\$ 334 mil e R\$ 437 mil, respectivamente. Conduzido pelo leiloeiro oficial Afonso Marangoni, o pregão será realizado exclusivamente on-line por meio do site [www.superbidjudicial.com.br](http://www.superbidjudicial.com.br).

### Cartão vermelho para Rink

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) decidiu, na última segunda-feira, pela perda do mandato do vereador Paulo Rink na Câmara de Curitiba. A decisão levou em conta o fato de o político ter deixado o PPS para atuar no PR em meio ao mandato, desobedecendo a regra de fidelidade partidária. Ex-atacante do Atlético Paranaense e da seleção da Alemanha, Rink anunciou que aguarda a publicação da decisão para apresentar recurso. A decisão do TRE foi unânime e determina que o Legislativo dê posse a Diogo Busse, suplente do PPS.



- Só dói quando eu conspiro...

25 MAI 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Pena de crime continuado deve ser proporcional à repetição do delito

**E**m condenações envolvendo crimes continuados, a dosimetria da pena a ser adotada é a que relaciona o número de delitos às correspondentes frações a serem adicionadas. Assim entendeu o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, ao conceder o Habeas Corpus 134.327.

Com a decisão, a pena de 5 anos e 4 meses de prisão imposta ao ex-deputado estadual e ex-presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo José Carlos Gratz, condenado por peculato, foi redimensionada para 4 anos e 8 meses por causa da continuidade delitiva.

A pena tinha sido definida pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo em apelação. Contra a decisão de segundo grau, a defesa recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, mas o recurso especial

foi negado. No HC impetrado no Supremo contra decisão do STJ, a defesa questionou a dosimetria da pena alegando que a continuidade delitiva foi reconhecida, mas o TJ teria feito o cálculo errado ao aumentar a pena em um terço em vez de um sexto, que é o mínimo legal previsto no artigo 71 do Código Penal.

O dispositivo delimita que, “quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços”.

Em sua decisão, Dias Toffoli

ressaltou o fato de o TJ-ES reconhecer a continuidade delitiva e aumentar a pena em um terço sem fundamentar o cálculo devidamente. “Apesar de tratar de apenas duas infrações, não houve fundamentação alguma para a majoração em patamar superior ao mínimo legal de um sexto.”

O ministro explicou que a jurisprudência do STF delimita que em crimes continuados é preciso adotar critérios objetivos que relacionem o número de infrações às frações do acréscimo da pena. Assim, para dois crimes continuados se aplica acréscimo de um sexto; para três crimes, acréscimo de um quinto; para quatro crimes, acréscimo de um quarto; para cinco crimes, acréscimo de um terço; para seis crimes, acréscimo de 50%; e para mais de seis crimes, acréscimo de dois terços.

# ADI que questiona Marco Civil da Internet no STF tem rito abreviado

O processo movido pelo PR (Partido da República) para pedir ao Supremo Tribunal Federal que os incisos III e IV do artigo 12 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) sejam declarados inconstitucionais teve seu rito abreviado e será julgado diretamente pelo Plenário da corte. A mudança foi decidida pela relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade

5-527, ministra Rosa Weber.

A ADI 5.527 foi movida pelo PR para evitar que novas decisões judiciais de juízos de primeiro e segundo graus suspendam o aplicativo de mensagens WhatsApp em todo o Brasil. Para a sigla, os dispositivos questionados violam os princípios da individualização da pena, da liberdade de comunicação, da proporcionalidade e

da livre iniciativa, além do direito dos consumidores.

O fato é que o artigo 12, incisos III e IV, da Lei 12.965/14 tem sido aplicado indistintamente a todos os serviços de internet (artigo 5º, VII, da Lei 12.965/14), de maneira que o dispositivo padece de vício de nulidade por abranger inúmeras situações em que sua aplicação é tida por inconstitucional.

25 MAI 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Aroldo Murá

#### **EVARISTO EXPÕE A TEORI SOBRE USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS NO PAÍS**

O chefe geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Diretor do Instituto Ciência e Fé, Evaristo de Miranda, participou, no dia 19 de maio, de uma audiência com o Ministro Teori Zavascki do Supremo Tribunal Federal (STF).

Evaristo é um dos diretores do Instituto Ciência e Fé de Curitiba.

O pesquisador e diretor da Embrapa apresentou informações sobre o uso, ocupação e atribuição legal de terras no Brasil e discutiu com o Ministro Teori as diversas dimensões territoriais da atividade agropecuária no país, sua dinâmica tecnológica e o papel da pesquisa e da inovação em sua sustentabilidade.

Evaristo entregou ao Ministro um exemplar de seu livro "Natureza, Conservação e Cultura" e reiterou a disponibilidade da Embrapa, e em particular da Unidade que chefia, em apoiar o trabalho do STF, com conhecimentos técnicos e



*Ministro Teori recebe Evaristo de Miranda*

informações científicas em matérias envolvendo a agropecuária nacional, como as vinculadas ao Código Florestal.

Um documento sobre as diversas

temáticas territoriais discutidas, ilustrado com dados numéricos, cartográficos e iconográficos, foi entregue ao Ministro Teori Zavascki ao final da audiência no STF.

25 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

# Um terço de força de trabalho federal tem cargo comissionado

Levantamento do TCU aponta 60,7 mil servidores sem concurso e 285,8 mil concursados em função gratificadas

**Relatório abrange os 3 poderes; Executivo tem 33,5 mil sem concurso, mais suscetíveis a indicação política**

DIMMI AMORA  
DE BRASÍLIA

Um em cada três funcionários públicos federais dos três poderes —Executivo, Legislativo e Judiciário— ocupa algum cargo ou função comissionada, segundo levantamento inédito que será analisado pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

O país fechou 2015 com 60,7 mil cargos comissionados “puros”, ou seja, ocupados por funcionários que não prestaram concurso público para ingressar em uma das esferas da União —Executivo, Legislativo ou Judiciário.

São os mais suscetíveis a indicações políticas.

Há ainda outras 285,8 mil funções comissionadas —gratificações extras dadas a quem já é funcionário público e exerce alguma posição de confiança.

No total, portanto, são 346,5 mil servidores com algum tipo de comissionamento, num universo de 1,12 mi-

lhão de funcionários federais —ou seja, 30,9% do total.

A partir da análise do relatório do ministro Vital do Rêgo, o TCU pode sugerir providências como a reavaliação do número de cargos.

A análise mostra que o alto número de cargos e funções cria problemas de gerenciamento do Estado. O TCU apontou que os órgãos com menos funcionários comissionados eram tão ou mais eficientes que os com mais servidores nessa situação.

Além disso, o TCU alerta para o risco de que o processo de escolha de comissionados não encontre pessoas qualificadas para as funções.

Há casos em que os cargos e gratificações servem apenas como forma de melhorar salário de servidores sem que eles de fato tenham uma função gerencial, criando gastos desnecessários para a União.

O maior número de cargos está no Poder Executivo. São 33,5 mil cargos de comissão e 216 mil funções gratificadas. O governo divulgava que tinha 22 mil cargos, mas não estavam incluídas as estatais, onde foram encontradas 11 mil pessoas nessa situação.

De acordo com o TCU, dos R\$ 9,7 bilhões gastos ao mês com o serviço público, R\$ 656

milhões são destinados aos comissionados “puros” (R\$ 386 milhões no Executivo). Outros R\$ 2,8 bilhões pagam funções gratificadas.

No Executivo, o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário —atualmente fundido com o Desenvolvimento Social— é o campeão de cargos comissionados proporcionalmente, com 27% de sua força de trabalho nessa condição.

O Inbra, da mesma pasta, tem 22%.

O governo do presidente interino Michel Temer anunciou um plano de reduzir o número de comissionados em 4.000, o que mostra que o impacto no universo total é relativamente modesto.

## PARTIDOS

Segundo o TCU, 11% dos cargos em comissão no executivo estão ocupados por pessoas filiadas a partidos.

Em estatais como Petrobras e Eletrobras há a maior proporção de comissionados filiados, com 15%, excluindo o Legislativo, que tem 24% de filiados. Nos ministérios, 11% dos comissionados são filiados a partidos.

No Ministério Público e na Justiça, o número de comissionados filiados chega a 4% e 5%, respectivamente.

CONTINUA

25 MAI 2016

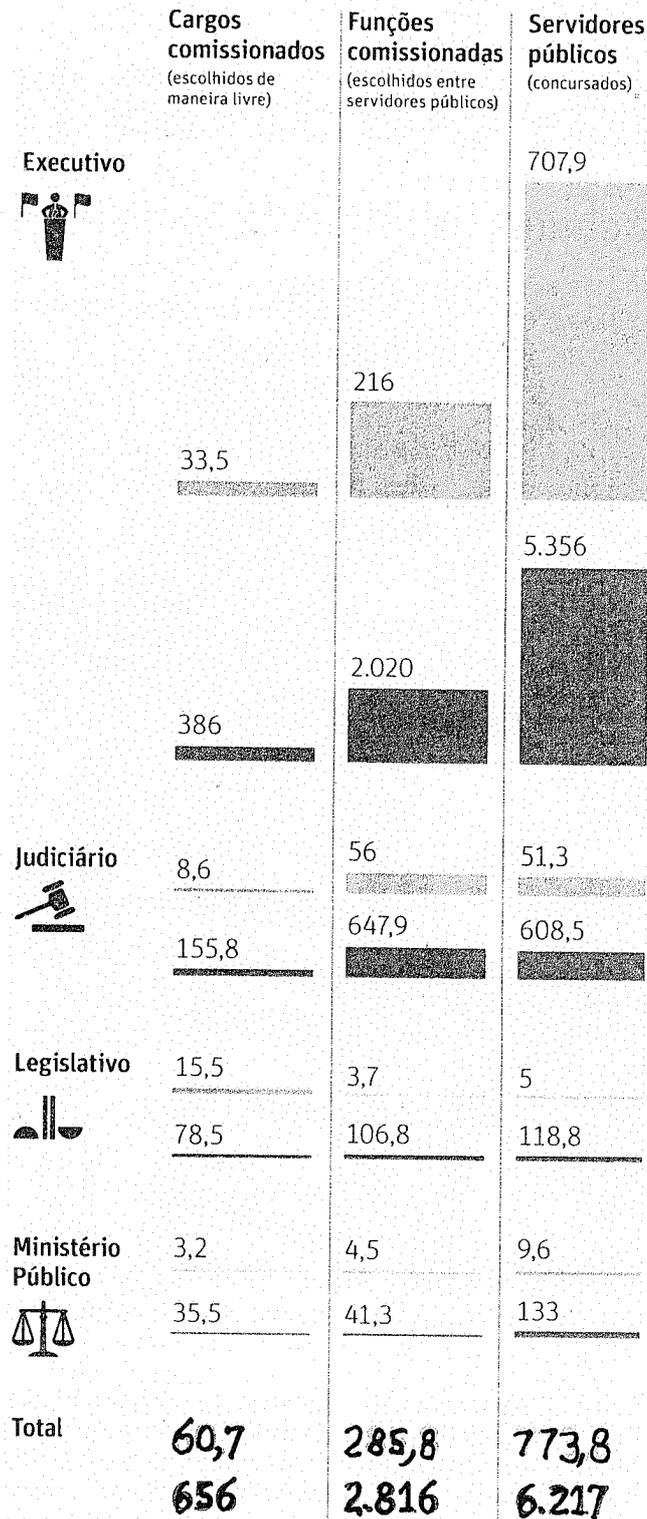
# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### RAIO-X DOS SERVIDORES FEDERAIS

Um em cada três funcionários é comissionado

■ Quantidade, em mil    ■ Gastos, em R\$ milhões



# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça ordena demolição de 'beach clubs' em Jurerê

Estabelecimentos ainda podem recorrer

A Justiça Federal em Santa Catarina ordenou a demolição, desocupação e retirada de entulho dos "beach clubs" da praia de Jurerê Internacional, em Florianópolis.

Na decisão, o juiz Marcelo Krás Borges estipulou multas de R\$ 100 mil a R\$ 10 milhões aos estabelecimentos. Também anulou todas as licenças, alvarás, autorizações e permissões emitidos aos "beach clubs". Cabe recurso à decisão de primeira instância.

"Beach clubs" é o nome dado aos bares instalados na praia de Santa Catarina, uma das mais movimentadas da cidade. A medida, adotada porque esses estabelecimentos utilizam áreas de uso comum, deverá ser cumprida num prazo de 30 dias após a intimação, sob pena de multa de R\$ 100 mil por dia.

O litígio no local teve início em 2008. No final de 2015 e no começo deste ano, a Justiça já havia decidido em caráter liminar proibir qualquer atividade dos bares nas areias.

Os estabelecimentos pertencem ao Jurerê Open Shopping, que anunciou que irá recorrer da sentença.

Para o advogado Rafael Horn, que defende o empreendimento, a retirada dos bares irá prejudicar, especialmente, os turistas e vai causar desemprego. Segundo Horn, em cada um dos cinco pontos trabalham 15 pessoas na baixa temporada, número que pula para cem na alta temporada.

25 MAI 2016

## Ministro Gilmar Mendes presidirá turma do STF que julga a Lava Jato

DE BRASÍLIA - O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes assume na próxima terça (31) a presidência da segunda turma do tribunal, que é responsável pelo julgamento da maioria dos inquéritos que investigam a participação de políticos no esquema de corrupção da Petrobras.

Mendes vai substituir Dias Toffoli, cujo mandato de um ano terminou na terça (24). Pela regra interna do Supremo, a presidência é ocupada por um rodízio entre os ministros, tendo que ser repassada ao integrante mais antigo do colegiado.

A vaga, portanto, caberia ao ministro Celso de Mello, que recusou. Também compõem a se-

gunda turma os ministros Teori Zavascki, relator da Lava Jato, e Cármen Lúcia.

Até agora, as principais decisões da turma sobre a Lava Jato envolvem a liberação de empreiteiros presos preventivamente. Recentemente, porém, os ministros negaram pedido para tirar da prisão Marcelo Odebrecht, preso desde 2015.

A turma vai analisar inquéritos que tratam de senadores, deputados e ministros. Casos dos presidentes do Senado e da Câmara e do presidente da República são analisados pelo plenário do STF.

Mendes também é presidente do Tribunal Superior Eleitoral. (MÁRCIO FALCÃO)

## Lula pede que STF reconheça que foi ministro de Dilma

DE BRASÍLIA - A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) pedindo que o tribunal reconheça que o petista foi ministro da Casa Civil do governo Dilma Rousseff.

Se o pedido for aceito, a defesa pode questionar atos do juiz Sergio Moro, como a divulgação de grampos do petista.

A posse de Lula foi suspensa por decisão provisória que acabou arquivada.

"É preciso, ainda, que Corte reconheça que o embargante [Lula] teve o status de ministro de Estado no período compreendido entre 16.mar.2016 e 12.mai.2016, e, ainda, reconheça as consequências jurídicas decorrentes dessa situação."

25 MAI 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### Falsa ruptura

**PAULO SÉRGIO PINHEIRO**

**Gravações de Jucá revelam como os baixos recônditos do sistema político prosseguem firmes em sua esperança de sufocar a democracia no país**

Os primeiros dias do governo interino não deixaram dúvidas — seus objetivos se limitam a acalmar os mercados e a garantir governança com uma sólida base legislativa. Aos opositores, a total indiferença. Quando os protestos, mesmo pacíficos, chegam perto dos atuais donos do poder, sobram cacetadas, jatos de água e gás por tropas de choque da Polícia Militar.

As gravações do agora ex-ministro Romero Jucá reveladas pela **Folha** expõem uma conspiração para a tomada do poder, revelando como os mais baixos recônditos do sistema político brasileiro prosseguem firmes em sua esperança de sufocar a consolidação do Estado de Direito e da democracia no país.

O impeachment surge como um sinistro pacto a portas fechadas urdido pelas forças mais retrógradas, desesperadas para manter seu poder. Uma aberração institucional que custará muito caro ao Brasil.

A reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, foi um acidente inaceitável para o establishment econômico e político brasileiro. Dilma era o risco permanente. Seja risco aos mercados, que sabiam que sua única base real estava à esquerda, seja o risco aos corruptos de sempre, que não sentiam ter um escudo seguro.

Entregando a cabeça de Dilma,

acreditavam que tudo voltaria ao normal: ordem e progresso, como nos bons tempos da ditadura militar.

O demorado e bizarro julgamento das pedaladas fiscais nos obriga a discutir uma patética infinidade de detalhes num processo que já estava decidido. Não por qualquer sombra de análise jurídica, mas nas idas e vindas dos mais dignos representantes de nossa elite ao Palácio do Jaburu, residência ocupada pelo presidente interino Michel Temer.

A ausência de mulheres no ministério do governo interino é o exemplo maior do grotesco descolamento da realidade do grupo que agora nos governa. O rebaixamento dos ministérios de Ciência e Tecnologia e Direitos Humanos foi também um caminho totalmente natural para um grupo que viveu e floresceu eternamente na sombra dos gabinetes, a léguas de distância do pensamento crítico e da sociedade civil organizada.

Para agregar um caráter ainda mais sinistro, a administração inte-

rina conseguiu também nomear para a secretaria de Segurança Institucional o general do Exército Sérgio Etchegoyen, justamente o único oficial de alta patente que, abertamente, confrontou o relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Ao fim e ao cabo, a chegada do PMDB ao poder representa a tentativa de sobrevivência da base mais profunda que deu sustentação à nossa transição democrática lenta, gradual e, como agora vemos, insegura.

A grande vítima da conspiração reinante é, ironicamente, a Constituição de 1988 que o presidente interino disse defender. Vários projetos de lei já estão no Congresso para desmontar os direitos conquistados na esteira da constitucionalidade.

Espero que rapidamente acordemos desse transe e novas eleições sejam promovidas para reestabelecer um mínimo de espaço para nossa tão desmoralizada República.

E que as futuras gerações estudem com afinco os infinitos erros da minha geração, que lutou contra a ditadura e se iludiu tantas vezes com aparentes mudanças que, na verdade, jamais lograram transformar o autoritarismo profundamente incrustado no sistema político e na sociedade.

PAULO SÉRGIO PINHEIRO, 72, foi secretário de Estado de Direitos Humanos (governo FHC) e membro da Comissão Nacional da Verdade

25 MAI 2016

# BEMPARANÁ

## Deputado

# é condenado no TRE por falsidade ideológica

Bernardo Carli (PSDB) é acusado de tentar esconder contratação de cabos eleitorais na campanha

Ivan Santos

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) condenou por unanimidade o deputado estadual Bernardo Carli (PSDB) por falsidade ideológica. Carli é acusado de ter feito "caixa dois" de campanha nas eleições de 2010, declarando que pessoas contratadas por ele como cabos eleitorais teriam trabalhado voluntariamente. O dinheiro gasto no pagamento desses cabos eleitorais não foi declarado à Justiça Eleitoral na prestação de contas.

Segundo a investigação do Ministério Público, treze dos 36 cabos eleitorais declararam à Polícia Federal que receberam para trabalhar para Carli e em dinheiro. A condenação original foi determinada pelo TRE ainda em 2011, mas desde então, o tucano sustenta o mandato com base em sucessivos recursos.

A nova decisão do julgamento de segunda-feira torna o parlamentar inelegível e pode resultar em uma pena um ano e oito meses de prisão, mas cabe recurso. Por se tratar de réu primário, a pena de foi substituída por prestação de serviços comunitários e devolução de valores. Os advogados de Carli já anunciaram a intenção de recorrer ao próprio TRE e ao Tribunal Superior Eleitoral.

O parlamentar esteve na sessão de ontem da Assembleia Legislativa, mas saiu sem falar com a imprensa. Em nota divulgada pela sua assessoria, ele negou as acusações e disse aguardar a publicação da decisão para recorrer.

"Normal" - O relator do processo no TRE, Lourival Pedro Chemim, considerou que Carli apresentou informações falsas nos documentos de prestação de contas de campanha eleitoral eram falsas. Segundo ele, 25 das 27 testemunhas de acusação afirmaram que trabalharam exclusivamente na campanha do deputado. Os pagamentos e os contratos e recibos foram efetuados dentro do comitê eleitoral do tucano.

O presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), que também preside o PSDB do Paraná, partido de Carli, minimizou a condenação. "Acredito que não é uma decisão definitiva, cabe recurso ainda ao STJ. E é da vida normal de um político ser processado em um determinado momento. E a decisão, enfim, é em primeiro e segundo grau, cabe recurso à Brasília. Prefiro acreditar na inocência do deputado", alegou.

"É da vida normal de um político ser processado em um determinado momento".

do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSDB), sobre a condenação de Bernardo Carli

**Cabresto** - Em dezembro do ano passado, Bernardo Carli se envolveu em outro processo, originado de investigação do Gaeco e da Procuradoria Regional Eleitoral de Curitiba intitulada operação Capistrum (cabresto em latim) que apura suposto esquema de compra de votos nas eleições de 2014, na região de Guarapuava, sua base eleitoral. Na ocasião, após ser chamado a depor, ele negou as acusações e afirmou que esperava que tudo fosse esclarecido no decorrer do processo. O pai do deputado, o ex-prefeito de Guarapuava, Fernando Ribas Carli, segundo o Ministério Público, também estaria envolvido.

Segundo o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), a operação que originou a tomada de depoimento de Bernardo Carli, investiga diversos crimes eleitorais em benefício da candidatura do deputado nas eleições de 2014.

**CONTINUA**

25 MAI 2016

## BEMPARANÁ

### CONTINUAÇÃO

As investigações apontam que, durante o período eleitoral, houve a distribuição de vários benefícios a cidadãos para conseguir votos para o deputado. Já no dia das eleições estaduais de 2014, a suspeita é de que os coordenadores dos dois grupos reuniram motoristas e cabos eleitorais para praticar boca de urna e transporte de eleitores.

Bernardo Carli é irmão do ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho (sem partido), que renunciou ao mandato em 2009, após se envolver em acidente de trânsito que resultou em duas mortes.

25 MAI 2016

## BEMPARANÁ

Justiça

### Rossoni tem os bens bloqueados

O juiz Guilherme de Paula Resende, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, decretou o bloqueio de bens no valor de R\$ 2,3 milhões do chefe da Casa Civil e deputado federal licenciado, Valdir Rossoni (PSDB) e outras duas pessoas, acusadas de improbidade administrativa pela suposta contratação de funcionários "fantasmas" na Assembleia Legislativa.

O bloqueio atingiu ainda o empresário Gustavo Berlinck de Toledo Marcondes Ribas e o ex-chefe de gabinete de Rossoni na Assembleia Legislativa, Altair Carlos Daru, ex-diretor administrativo da Assembleia.

Segundo as investigações, a partir de 2009, o empresário teria repassado o salário que recebia da Casa para Daru, então chefe de gabinete de Rossoni. O empresário também teria ligações com Yuri Eduardo Rover, que tinha cargo comissionado no gabinete de Rossoni entre julho de 2008 e março de 2009, mas disse ao Ministério Público nunca ter trabalhado na Casa. Os dois teriam recebido R\$ 800 mil.

Em nota, Rossoni reafirmou não conhecer Ribas ou Rover, e garantiu que eles nunca foram funcionários de seu gabinete.

## Juiz federal concede liminar favorável as micro e pequenas empresas de Curitiba e Região Metropolitana contra resolução da Jucepar

O juiz federal Marcos Holtz, da 3ª Vara Federal de Curitiba, concedeu liminar favorável à Associação das Micro e Pequenas Empresas e dos Microempreendedores Individuais de Curitiba e Região Metropolitana em ação impetrada contra a Resolução 02/2016 da Junta Comercial do Paraná. A liminar deruba a exigência de reconhecimento de firma "por verdadeiro" em atos sujeitos a arquivamento – como cons-

tituição de sociedades e em alterações de contratos sociais – e a exigência de recolhimento prévio do tributo sobre doações e transmissão causa mortis (ITCMD) para arquivamento dos atos.

Segundo Armando Santos Lira, presidente da Microtiba, o objetivo do questionamento é diminuir a burocracia e os custos para os empresários. "A Resolução da Junta, além de contrária à Constituição Federal, contribui para

dificultar o ambiente de negócios para micro e pequenos empresários", afirma.

O advogado do escritório Tedeschi&Padilha, Robson Ochiai Padilha, responsável pelo Mandado de Segurança, enfatiza que a Resolução "altera a regra matriz de incidência tributária, pois antecipa ilegalmente o fato gerador do ITCMD, que nesse caso ocorreria somente depois do registro societário na Jucepar".

## Acordo firmado no setor imobiliário pretende reduzir número de ações judiciais

A assinatura do Pacto do Mercado Imobiliário, entre instituições do governo, da Justiça e do setor imobiliário, vai tentar minimizar os litígios no mercado imobiliário. O acordo estabelece regras para a cobrança de taxas e define multas para atraso nas obras e a devolução de imóveis comprados na planta – conhecido como distrato.

De acordo com o advogado Alceu Machado Neto, do escritório Alceu Machado, Sperb & Bonat Cordeiro, o documento não tem força de

lei, mas deve regular alguns assuntos polêmicos. "O número de distratos tem aumentado consideravelmente nos últimos meses e não existe uma definição unânime de valores para as multas cobradas. Esse assunto gera muito transtorno entre consumidores e empresas", avalia.

Conforme firmado no documento, foram estabelecidas duas opções de multa, que ficam a critério da construtora, para o caso de distrato: multa de 10% do valor total do imóvel ou a perda do sinal mais a retenção de

20% do valor pago. Já para o atraso nas obras, foi definida multa de 0,25% do valor pago pelo comprador, caso o atraso fique dentro do prazo de tolerância, de 180 dias. Nos casos de atraso superior, a construtora deve pagar multa mensal de 2% sobre o valor, mais juros de 1%.

O acordo também trata da taxa de corretagem, que é permitida, desde que esteja explícita no material publicitário ou na documentação do imóvel. Além disso, a cobrança deve ser deduzida do valor do bem.

## Machismo

A Promotoria de Justiça de Formosa do Oeste (região Oeste), apresentou ontem denúncia contra um vereador por crime de desacato dirigido a uma colega na Câmara Municipal da cidade. Segundo o Ministério Público, o parlamentar, após uma sessão ter sido interrompida em abril, agrediu verbalmente uma vereadora, de modo a depreciar sua participação política. De acordo com testemunhas ouvidas pelo MP, ele teria dito que a Câmara não é lugar de mulheres e que somente discutiria com o marido da vereadora. O Ministério Público não divulgou o nome do vereador.

# BEMPARANÁ 25 MAI 2016

## Sinistro

Em caso de acidente com perda total de um veículo, a seguradora deve indenizar o segurado pelo valor médio de mercado do automóvel na data do acidente, e não na data da liquidação do sinistro. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

## Garagem

Vagas de garagem com matrícula própria podem ser penhoradas. O entendimento é da 4ª Turma do TRF da 3ª Região.

## Virtual

Amizade no Facebook não significa amizade íntima, e por isso não torna juiz suspeito para julgar causa que envolva o amigo virtual. O entendimento é da ação é da 5ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

## Simple

Sociedade unipessoal de advocacia tem direito de se inscrever no Simples Nacional. O entendimento é da 8ª Turma do TRF da 1ª Região.

## Acessibilidade

Bancos devem fornecer documentos em braile a clientes com deficiência visual, ainda que as instituições financeiras não sejam obrigadas por lei específica a assim proceder. O entendimento é do STJ.

## Gravando

Filmar o ambiente de trabalho, sem o conhecimento do empregado, mas sem divulgar ou expor o trabalhador a tratamento vexatório, não gera dano moral. O entendimento é da 5ª Turma do TST.

## Bafômetro

A recusa a teste do bafômetro não pode ser considerada prova de embriaguez do motorista. O entendimento é da 3ª Turma do TRF da 4ª Região.

## Gênero

Advogados transexuais poderão usar o nome social no registro da OAB e nas carteiras de identidade profissional. Foi o que decidiu o Conselho Pleno da entidade.

## A conduta e o Direito Penal

### Um caso de "legítima defesa própria e de terceiro"

\*Jônatas Pirkiel

Situação pouco comum ocorreu na semana que passou nas dependências de um hotel, em Belo Horizonte quando, supostamente, um fã ingressou no quarto de uma apresentadora de televisão e efetuou dois disparos, atingindo uma das três outras pessoas que se encontravam no local. Segundo o que foi noticiado: "...Um homem de aproximadamente 30 anos, se hospedou no hotel e abordou um dos acompanhantes da artista no elevador com um revólver calibre 38 e o obrigou a levá-lo até o quarto da apresentadora, que estava com sua irmã. O agressor mandou que os três se sentassem virados para a parede e passou a dizer frases desconexas e gritar com a apresentadora. O assessor da apresentadora começou a discutir com o invasor sobre suas intenções..."

A apresentadora foi ouvida e também o autor dos disparos pela autoridade policial e relataram ao delegado que, no momento da discussão, o homem teria disparado duas vezes e acertado a assessora da apresentadora no ombro e na barriga, quando houve a reação e a luta corporal com o agressor, de quem foi tirado a arma, recebendo três tiros, um deles na cabeça.

Estes são os fatos, cabendo à instrução criminal apurar se houve a legítima defesa (ao que tudo indica) e se não houve excesso no exercício da "legítima defesa", pois desarmado o agressor sofreu três tiros, um deles na cabeça.

Os familiares do agressor dizem que "pegaram mensagens que foram enviadas à apresentadora pelo Instagram", e nos textos o atirador dizia que amava a apresentadora. São situações pouco comuns em nosso país, mais ainda ocorrem, infelizmente!

\*O autor é advogado criminalista  
(jonataspirkiel@terra.com.br)

25 MAI 2016

# JORNAL DO ÔNIBUS



STF

## Gilmar Mendes assume ações da Lava Jato no STF

O ministro Gilmar Mendes (foto) vai assumir, no dia 31, a presidência da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pelos julgamentos relativos à Operação Lava Jato. O anúncio foi feito nesta terça-feira, 24, pelo atual presidente do colegiado, ministro Dias Toffoli. Ele explicou que a escolha para o posto segue o regimento interno do STF, que estabelece um rodízio e determina que a presidência da turma deve ficar com o ministro mais antigo e que ainda não tenha ocupado o posto.

Por essa regra, a presidência ficaria com Celso de Mello, mas ele abriu mão de comandar a turma e, por isso, a cadeira foi ocupada por Gilmar. ■

## NOTAS POLÍTICAS

### Bens bloqueados

O juiz Guilherme de Paula Resende, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, decretou o bloqueio de bens no valor de mais de R\$ 2,3 milhões do chefe da Casa Civil e deputado federal licenciado, Valdir Rossoni (PSDB), e outras duas pessoas, acusadas de improbidade administrativa em razão da suposta contratação de funcionários "fantasmas" no gabinete do tucano quando ele era deputado estadual.

### Defesa de Lula

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar a decisão que o impediu de tomar posse como ministro da Casa Civil. Na prática, com o afastamento da presidente Dilma Rousseff, os advogados querem que a decisão do ministro Gilmar Mendes não prevaleça e a Corte reconheça que a nomeação foi válida.

### Falsidade ideológica

O deputado estadual Bernardo Carli (PSDB) foi condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) por falsidade ideológica. O TRE acatou acusação segundo a qual Carli teria feito caixa dois de campanha nas eleições de 2010, declarando que pessoas contratadas por ele como cabos eleitorais teriam trabalhado voluntariamente. O dinheiro gasto no pagamento desses cabos eleitorais não foi declarado à Justiça Eleitoral na prestação de contas.

### Privilégios de Cunha

O deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), com o apoio da bancada na Câmara, protocolou ontem (24), no Tribunal Regional Federal (TRF), ação popular para anular o Ato da Mesa Diretora da Casa (88/16) que garantiu ao deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afastado do mandato e da presidência da Câmara pelo Supremo Tribunal Federal (STF), prerrogativas do comando da Casa, como o uso da residência oficial, segurança pessoal, assistência à saúde, transporte aéreo e terrestre.

25 MAI 2016

## TRIBUNA DO PARANÁ

### CONDENADO

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) condenou o deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB) por uso de documento falso e falsidade ideológica na campanha eleitoral. Segundo o TRE-PR, o deputado deixou de informar na prestação de contas os gastos com a contratação de cabos eleitorais. Ele foi condenado a um ano e oito meses de reclusão em regime semiaberto, mas teve a pena substituída por prestação de serviços à comunidade. Cabe recurso.

### BLOQUEADOS

A Justiça decretou ontem o bloqueio de R\$ 2.383.827 do secretário chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB) e outras duas pessoas. Eles são acusados de improbidade administrativa pela contratação de funcionários fantasmas no gabinete de Rossoni na Assembleia Legislativa (Alep), entre 2011 e 2014. O bloqueio se estende ao empresário Gustavo Berlinck de Toledo Marcondes Ribas e Altair Carlos Daru, que foi chefe de gabinete de Rossoni e diretor-administrativo da Casa.

### CASA CAIU

A Justiça determinou, em caráter liminar, a indisponibilidade dos bens do prefeito de Quatro Barras, Loreno Bernardo Tolardo (PSD) e do secretário municipal de Ordem Pública, Frederico Bernardi. Segundo ação civil pública movida pelo Ministério Público do Paraná, o prefeito mantinha pelo menos oito guardas municipais fazendo a segurança privada de sua própria casa. Para a promotoria, a prática - designar servidores da prefeitura para atender interesses particulares - configura enriquecimento ilícito e dano ao erário.

# **GAZETA DO POVO 13 MAI 2016**

## **Soltura de presos em flagrante coloca juizes e policiais em lados opostos**

**Programa audiência de custódia, há  
quase um ano em Curitiba, divide  
opiniões entre aqueles que prendem  
e os que esperam diminuir a  
superlotação carcerária no estado**

. Diego Ribeiro

. [13/05/2016]

. [21h05]

A dois meses de completar um ano em Curitiba, o programa Audiência de Custódia tem colocado em lados opostos policiais civis, militares e magistrados. Os policiais têm reclamado constantemente que os presos levados ao programa são soltos rapidamente, aumentando a frustração

**CONTINUA**

e a sensação de “enxugar gelo”, jargão conhecido na segurança pública. Por isso, segundo eles, houve um aumento de crimes contra o patrimônio em Curitiba.

O dado atualizado ainda não foi divulgado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública oficialmente. Fontes ligadas à pasta afirmam que o aumento do crime de roubo pode chegar em 10% em abril deste ano na capital. Alguns juízes, no entanto, que têm trabalhado com a execução da pena, ressaltam a urgência em não manter presos desnecessariamente, já que a superlotação carcerária ocasiona, diariamente, violações dos direitos dos detentos.

“Toda vez que a pessoa é flagrada e não é punida, gera a sensação de impunidade. Sair com tornozeleira não é punição”, disse um policial civil, que preferiu não ter o nome revelado. Segundo ele, a punição em delitos

**CONTINUAÇÃO**

**13 MAI 2016**

menores precisa existir e ser exemplares para que o acusado não avance e cometa crimes mais graves.

“Tudo isso tem gerado revolta nos investigadores. Virou marketing entre criminosos. Aquela coisa do ‘não dá nada’. As investigações já são difíceis em razão da nossa estrutura e, quando fazemos o flagrante, que, em teoria, deveria ser o trabalho mais simples, o preso é liberado”, comentou outro.

As audiências foram lançadas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski, em fevereiro do ano passado, e chegou a Curitiba no final de julho daquele ano. O objetivo delas é que todo preso em flagrante passe por um procedimento com a presença de um juiz, promotor e um defensor em até 24 horas após a prisão. As audiências foram encampadas pela

**CONTINUA**

própria Sesp, responsável pelas polícias e pela execução das penas.

A ação visa ser um dos instrumentos da Justiça para desafogar o sistema penitenciário, que sofre com o alto número de pessoas presas desnecessariamente.

## **Magistrados**

Do outro lado da “guerra fria” em torno das audiências, há magistrados que defendem a necessidade de não manter ninguém preso se não for realmente fundamental. Para o juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, da 1.<sup>a</sup> Vara de Execuções Penais (VEP) de Curitiba, a polícia reclama do programa sem evidência concreta.

## **Novo juiz muda perfil das audiências em Curitiba**

A chegada do juiz Leonardo Bechara Stancioli, 41 anos, na coordenação das audiências de custódia em Curitiba mudará o perfil de atuação da Justiça no programa.

Considerado um magistrado “linha dura”, ele afirmou, por telefone, que os índices de reincidências no programa não são altos. Apesar disso, Bechara lembrou que sua visão sobre o papel das audiências é a mesma de sua antecessora. “Posso ser considerado linha dura, mas no sentido que endureço contra aqueles que merecem ficar na cadeia”, comentou.

O magistrado ressaltou que as audiências são, fundamentalmente, instrumentos de Justiça e espera que a sociedade entenda que os detidos em flagrante que merecerem a prisão serão encarcerados. “A minha ideia é também esvaziar o sistema, papel das audiências, mas vai entrar quem merece”, disse.

Ele mencionou que, ao começar seu trabalho no programa, muitos comerciantes o procuraram para reclamar que presos saíam dali do Centro de Audiências de Custódia, no Ahú, mesmo com tornozeleira, e cometiam roubos nos estabelecimentos da região. “Quando cheguei mudei muita coisa

aqui já. Minha visão não é a mesma que do juiz anterior. O Tribunal de Justiça tem nos dado toda estrutura e respaldo para realizar o trabalho aqui”, comentou.

“É mais algo que eles acham que uma análise com base em dados. Mesmo com as audiências, o número de presos aumentou. Será que, como cresceu a população carcerária, essas pessoas já não sairiam por direito e, talvez, até sem monitoramento?”, questionou. Em julho do ano passado, quando as audiências foram lançadas em Curitiba, havia 28.953 presos no sistema penitenciários (presídios, cadeias públicas e delegacias). Atualmente, há 29.113 presos no sistema carcerário. As informações são da Sesp.

Ele destacou ainda que os presos que saem nas audiências são monitorados e rapidamente são presos, caso cometam outros crimes. Na avaliação dele, a solução para isso passa pelo

investimento no regime aberto. O estado precisa acompanhar aquele que sai, com oportunidades de ressocialização, o mantendo em um ambiente onde possa retornar a sociedade de forma mais adequada possível.

A magistrada Fabiane Pieruccini, que era responsável pelas audiências em Curitiba até mês passado, defendeu o programa. Para ela, a crise econômica é que tem ocasionado o aumento de crimes contra o patrimônio. Fabiane lembrou ainda que a crítica da polícia é algo natural e não vê um problema no embate. A magistrada saiu, recentemente, das audiências para assumir uma vaga de juíza de segundo grau substituta. No seu lugar, assumiu o juiz Leonardo Bechara Stancioli (veja o texto ao lado), que estava lotado nas varas do júri da capital.

# **GAZETA DO POVO 13 MAI 2016**

## **Decisão do STF incentiva progressão de regime em caso de desestrutura no estado**

Na última quarta-feira (11), o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, na falta de estabelecimento penal compatível com a sentença não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso. O entendimento, tem repercussão geral, e estabelece uma nova definição o tratamento penal. Juízes não deverão mais manter o detento com direito a progressão de pena ao semiaberto, por exemplo, fechado, por falta de vagas. O preso deverá ser colocado diretamente no aberto ou ao regime domiciliar. O recurso extraordinário julgado foi interposto pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPE-RS) contra acórdão do Tribunal de Justiça gaúcho (TJ-RS), que concedeu a prisão domiciliar a um sentenciado em razão da falta de vagas no regime semiaberto.

**CONTINUA**

13 MAI 2016

CONTINUAÇÃO

## GAZETA DO POVO

Segundo o STF, o ministro Gilmar Mendes propôs em seu voto uma série de medidas alternativas para enfrentar o problema, mas admitiu a possibilidade de concessão da prisão domiciliar até que elas sejam estruturadas. As medidas propostas são: a abertura de vagas no regime semiaberto mediante a saída antecipada de detentos que estejam mais próximos da progressão (e que serão colocados em liberdade monitorada eletronicamente) e a conversão em penas restritivas de direitos e estudo para os apenados em regime aberto.